

A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO OESTE PARANAENSE

LA TERRITORIALIZACIÓN DE LA COOPERATIVA DE NEGOCIOS EN EL OESTE DE PARANAENSE

Marilucia Ben¹

luciaben15@hotmail.com

Marli Terezinha Szumilo Schlosser²

marlisch20@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo é fruto das ações de pesquisa que foram desenvolvidas na dissertação de mestrado. Seu objetivo é refletir sobre o processo de modernização da agricultura implementado no Oeste do Paraná através do sistema cooperativo no período de 1960 a 1990. Para essa reflexão destaca as imbricações entre os atores desse cenário – as ações governamentais, as empresas colonizadoras e a religião católica – que são pontos no artigo debatidos. Para entender as relações entre os atores mencionados, merece especial enfoque o percurso da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar, em Missal/PR, seguida de sua reterritorialização em Medianeira, analisando as tramas e as territorialidades desse processo ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização da agricultura. Territorialização. Reterritorialização. Cooperativismo empresarial.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de las acciones de investigación que se han desarrollado en la tesis. Reflexiona sobre el proceso de modernización de la agricultura implementado en el oeste de Paraná desde 1960 a 1990. Al destacar la interacción entre los actores de este escenario – las acciones del gobierno, colonizadores empresas y la religión católica – puntos se discuten aquí. Para comprender las relaciones entre los actores mencionados cabe destacar la ruta de la territorialización de la Cooperativa Agroindustrial Lar en Misal, entonces su Mediadora y reterritorialización en el análisis de las parcelas y la territorialidad de este proceso en el tiempo.

PALABRAS CLAVE: Modernización de la agricultura, la territorialización, reterritorialización, cooperativa empresarial.

Introdução

Este artigo é resultado da dissertação³ de mestrado e trata do movimento de territorialização e de reterritorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense. O debate está fundamentado no geógrafo Raffestin (1993). O autor entende o território como espaço modificado pelo trabalho e envolvido pelas relações de dominação e de subordinação.

¹ Professora Colaboradora do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Marechal Cândido Rondon (PR).

² Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Marechal Cândido Rondon (PR).

³ Título: "Os 'Nós' da Territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste Paranaense"

O objetivo proposto é entender as relações de poder que se desenvolvem no campo do Oeste paranaense e suas territorialidades. Esse debate está baseado na discussão da mediação do cooperativismo para introduzir a modernização da agricultura. As ações governamentais, as empresas colonizadoras e a religião católica são grandes atores nesse cenário, em que desenvolveram relações imbricadas.

As análises recaem sobre as possibilidades históricas do surgimento da Cooperativa Agroindustrial Lar e o desenvolvimento da modernização da agricultura com o incremento da agroindustrialização, articulando formas imbricadas que apresentam novas territorialidades. Demonstram também como as políticas públicas e religiosas interferiram no processo de territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense, resgatando as trajetórias e as estratégias nos marcos geográficos. Merece destaque o percurso do cooperativismo na territorialização em Missal, no Oeste do Paraná, seguida de sua reterritorialização em Medianeira, analisando as tramas e as territorialidades desse processo ao longo do tempo.

As investigações permeiam a modernização da agricultura e o sistema de agroindustrialização da cooperativa estudada em resposta à formação do chamado Complexo Agroindustrial. Esses estudos evidenciam a configuração desse complexo que foi mediado pelo sistema cooperativista e também a subordinação da agricultura aos interesses da indústria fornecedora de insumos a montante do sistema e, a jusante, a agroindústria processadora da produção. Essas análises permitem vislumbrar a presença do cooperativismo empresarial, que corresponde a elevados patamares de tecnificação das atividades agrícolas, desde suas raízes no município de Missal até os dias atuais no município de Medianeira.

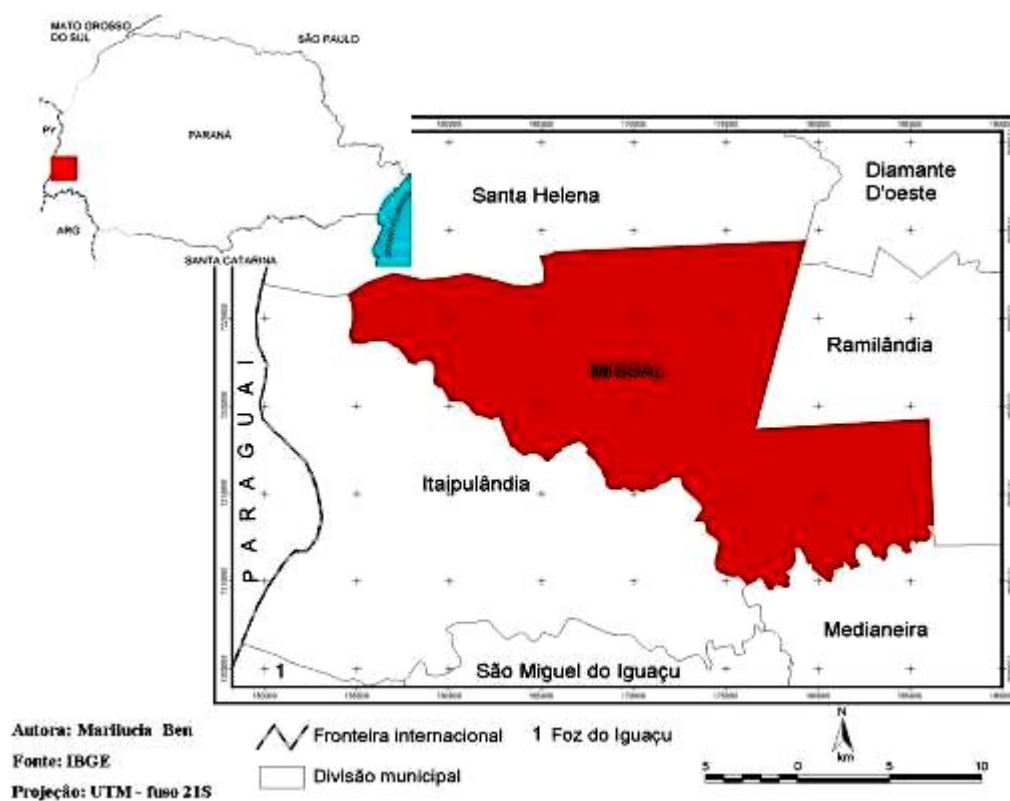
A territorialização do cooperativismo em Missal - PR

A Cooperativa Agroindustrial Lar se estruturou juntamente com o processo de colonização do Oeste paranaense. Então as constatações para o resgate histórico desse processo incluem, necessariamente, a fundação da cooperativa em Missal, destacando as imbricações mantidas entre a cooperativa, o Estado e a religião.

O município de Missal se localiza no Oeste paranaense, na região Sul do Brasil, como mostra a Figura 1, e incorpora uma territorialidade de fronteira, razão pela qual é um espaço construído a partir de conflitos. Mais do que a delimitação de uma fronteira territorial em que se localiza parte da região Oeste do Paraná, a utilização do termo

fronteira se dá a partir das relações construídas entre os grupos étnicos que marcaram o processo de ocupação da região.

Figura1. Localização do município de Missal



Segundo Lia Osorio Machado (1998), à medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo, as fronteiras tornaram-se “lugares de comunicação” e adquiriram caráter político. Assim, o sentido de fronteira não era o de fim, mas o de começo do Estado, de lugar para onde tendia a se expandir. As fronteiras são, portanto, objetos permanentes da preocupação dos Estados, objetos de controle e de vinculação.

Nesse contexto, a fronteira não se constitui apenas enquanto delimitação de territórios nacionais, mas na dimensão de diferenciações internas do espaço analisado, com aspectos de fronteiras étnicas no período de ocupação. De acordo com Deitos (1996), a atuação da Igreja Católica nesse território aponta para a prática da "nomização", cuja ação repercutirá nas relações internas que delimitam as fronteiras étnicas e sociais. No caso de Missal, a colonização ocorreu praticamente por descendentes de alemães vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina de religião católica.

A ação governamental, com o programa “Marcha para Oeste” do governo Vargas, representa a ação conduzida para promover a ocupação da fronteira⁴ e a territorialização de migrantes (descendentes de italianos, de alemães, de poloneses) no Oeste do Paraná com intuito de desenvolver práticas agrícolas – em parcerias com o sistema cooperativista que já era desenvolvido no Rio Grande do Sul, principalmente de onde provinham os imigrantes – no processo de expansão da lógica capitalista.

As lideranças religiosas, o governo de Estado e as empresas colonizadoras formaram parcerias canalizando poderes para atrair essa população, pois “[...] o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 58), construindo as malhas, os nós e as redes, delimitando campos de ação. O poder exerceria sua ação por meio da população, do território ou dos recursos que são designados como trunfos. A relação entre esses trunfos materializa a transformação territorial.

A natureza, por sua vez, enquanto recurso natural, é entendida como elemento presente no território e seu uso e transformação servem como instrumento de poder: “O território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Assim, portanto, a exploração da natureza sustenta a construção econômica do território, pois o poder exercido pelo governo de Estado e pelas empresas vê a natureza enquanto recurso para a produção e o uso de tecnologia seguido da manutenção do poder. O território, associado às malhas, aos nós e às redes, forma instrumentos invariáveis de que todo tipo de sociedade se “[...] utiliza para construir uma ‘reserva’ e, da mesma forma, se precaver contra as modificações do meio” (RAFFESTIN, 1993, p. 181). As relações de poder referidas são encontradas na globalização e se (re)constroem, formando novos territórios e novas territorialidades, o que, por sua vez, “[...] subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas” (SANTOS, 2002, p. 79).

Segundo Gregory (2002), o governo acabou criando o Território Nacional do Iguaçu em 1943 e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foi incumbido de desenvolver programas rodoviários da “Marcha para Oeste”, estrategicamente para desenvolver e, em contrapartida, ocupar a região.

No que tange às redes e ao poder, Raffestin (1993, p. 83) esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora função de circulação-comunicação – é função de poder, onde: “A circulação imprime a sua ordem”. Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado. Os programas rodoviários

⁴ Indica um limite entre duas áreas, regiões ou países. Ela determina o início ou o fim de um determinado território, cujo limite estabelece a soberania de um país, serve para assinalar o que pertence a ele, quais as suas competências e os patrimônios que dele fazem parte (DICIONÁRIO DA TERRA, 2005).

criados pelo governo de Estado são estratégias para escoamento de produção agroindustrial, para atender às exigências do mercado externo, pois as redes estão ligadas ao porto marítimo.

Na década de 1960, segundo Schallenberger (2001), é iniciada a disseminação, através da Igreja, dos ideais cooperativistas na região, com o lema da união entre pequenos para serem fortes, fomentando o desenvolvimento de redes de associações e cooperativas no Sul do Brasil no século XX. Aliada a isso, a colonização do Oeste paranaense ocorreu num momento de transição entre a agricultura tradicional para moderna, fato que, segundo Gregory (2002), fez com que a fronteira agrícola se confundisse com os esforços institucionais do Estado e de órgãos públicos e privados para intensificar e acelerar o processo de modernização. A agricultura familiar se complexificou na sua organização produtiva, gerando a diversificação, que acompanha novas formas de organização produtiva consolidada com a territorialização do capitalismo no campo.

Segundo Gregory (2002, p. 91), “A colonização prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agroindustrial. Assim, ela se adequaria aos objetivos desenvolvimentistas estabelecidos a nível estatal e a nível federal”. O surgimento da Cooperativa Agroindustrial Lar leva a essa constatação, cuja constituição aconteceu a partir de iniciativas governamentais e religiosas conforme debate já mencionado. A atuação da Igreja repercutiu nas relações internas que delimitam as fronteiras étnicas e sociais do povoamento do município de Missal.

Religiosidade e cooperação, fatores agregados ao social-catolicismo, influenciaram diretamente o processo de colonização do Oeste paranaense, como foi típico o processo do povoamento de Missal, município cujo nome já vem inspirado na nomenclatura produzida pela Igreja Católica, já que o termo 'missal' é nome do livro católico que contém as rezas para as missas ou para outras cerimônias religiosas. Assim, o nome Missal simboliza, de alguma maneira, a origem daquela demarcação territorial. Naquela época inicial, de qualquer maneira, já era conhecido aquele território como Gleba dos Bispos ou como Terra dos Bispos.

A maioria dos colonizadores (época de 1961 e 1962) de Missal eram descendentes de imigrantes alemães instalados no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, que trouxeram consigo características da cultura germânica europeia, características expressas nas construções com estrutura tipo enxaimel, nos jardins floridos e na gastronomia, elementos que foram experimentando adaptações às especificidades locais no decorrer dos tempos, portanto formando novas territorialidades.

Inserida nesse contexto, surge, em julho de 1965, a Cooperativa Mista Agrícola Sival Ltda. (Comasil), posteriormente identificada com a sigla Cotrefal e, atualmente, identificada como Lar. Segundo Marin (2005), a criação da cooperativa ocorreu quando bispos que representavam as dioceses de Londrina, de Maringá, de Palmas, de Jacarezinho e de Foz do Iguaçu pediram auxílio financeiro ao governo de Estado no decorrer dos anos 1950 e conseguiram a doação de 5000 alqueires no município de Foz do Iguaçu (atualmente Missal), a chamada “Gleba dos Bispos”.

Em 25 de julho de 1963 surgiu o povoamento de Missal e, com a chegada do padre José Backes, se desenvolveu o processo de ocupação. O padre assume papel de liderança, desempenhando ações que extrapolaram o âmbito religioso. Segundo Marin (2005), o padre José Backes negociou com a Sival Colonizadora, de Curitiba, a divisão e a comercialização da área, atendendo à ‘função social’ na época entendida como a emanada dos ensinamentos da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII. O método de desenvolvimento deveria ser o sistema cooperativista da colonização. Os pioneiros de Missal foram compulsoriamente tornados sócios da Cooperativa.

De acordo com Schallenberger (2003), a sustentação do catolicismo alemão tem como princípio a defesa da organização corporativa, com o desenvolvimento de práticas associativas que referenciaram a ação católica.

Assim, para a associação cooperativista se perpetuar, a colonização nesse território se desenvolveu com uma população homogênea – nesse caso, descendentes de alemães católicos. Trata-se de uma colonização baseada num discurso religioso. Segundo Mainguenau (1997, p. 65),

[...] este discurso se organiza em torno de uma noção de ‘ordem’, definida como uma totalidade cujos elementos estão distribuídos em lugares complementares e em comunicação constante e regrada. O universo que um tal discurso presume é o de uma ‘ordem’ máxima (o cosmo), constituída de uma multidão de ‘ordens’ repartidas em múltiplos níveis que, geralmente, se relacionam uns com os outros [...] Os mais variados objetos do mundo natural e do mundo social aí são colocados como ‘ordens’: o corpo humano, a sociedade, a família, a Igreja, as plantas, etc. Este princípio de ‘ordem’ [...] também organiza a cena enunciativa.

Com orientação de Dom Geraldo Sigaud, líder dos bispos na época, o padre José Backes instalou famílias vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de religião católica, ou seja, loteou a área de cinco mil alqueires doada pelo Estado, que se transformou no município de Missal. Uma das grandes fontes geradoras de recursos à época da colonização foi a extração de madeira, pois esta se destinava não só à construção

civil local, mas também à exportação para a reconstrução da Europa, destruída pela última grande guerra – a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, a promoção do associativismo através de associações beneficentes, de clubes recreativos e culturais, de congregações, de cooperativas, entre outras, representou o elo de conexão social possível, uma vez que buscaram, na religião e na cooperação, a construção de um ideal coletivo (SCHALLENBERGER, 2001).

A territorialização do espaço geográfico de Missal foi planejada pelo governo em parceria com a Igreja Católica, com o objetivo de desenvolver o sistema cooperativista que objetivava a incorporação da modernização da agricultura. Hespanhol (2008, p. 91) contribui com essa informação, afirmando que,

[...] entre os anos de 1965 e 1980, toda a política esteve voltada à concessão de crédito rural para que os médios e grandes produtores incorporassem técnicas mecânicas e químicas à agricultura e se convertessem em bons consumidores de produtos industriais e grandes fornecedores de matérias-primas para as agroindústrias, o que viabilizou a constituição de modernos complexos agroindustriais no país. (HESPANHOL, 2008, p. 91).

Como Missal teve o início de sua colonização orientado pelos bispos, praticamente todos os moradores eram da Religião Católica, o que

[...] revitalizou as ordens e as congregações religiosas, para que, na ótica da sua universalidade e sob a sua orientação, assumissem a missão de evangelizar as diferentes culturas, tornando-se sempre mais socialmente presentes. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 27).

Esse município, portanto, desde o início esteve sob grande influência religiosa. A formação da empresa cooperativa foi pensada por liderança da Igreja Católica e pelo governo federal, pois, de acordo com Schallenger (2009), na perspectiva do associativismo cristão, o cooperativismo tem o princípio da solidariedade cristã, característica social interessante para o governo numa época de crise social.

Segundo Raffestin (1993, p. 59-60), “O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, a introdução do sistema cooperativista no município de Missal possibilitou a territorialização de camponeses para concretizar a reprodução socioeconômica do lugar.

Classificado e conceituado o território, sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano, onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais,

simbólicos, etc., ou seja, o trabalho é demarcado pelo processo histórico em que pessoas, grupos ou uma coletividade exercem poder sobre essa área.

O território é a produção humana que ganha identidade a partir da apropriação e/ou da dominação do espaço. A territorialização é a parte superior da espacialização, portanto a cooperativa é a territorialização materializada das relações entre Igreja Católica e camponeses⁵.

A territorialidade assume, portanto, valor particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros da coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio do sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993).

Já Haesbaert (2004, p. 235) define o território ou os processos de territorialização como “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de formas concretas (dominação) e simbólicas (um tipo de apropriação)”. Nessa perspectiva, a identidade territorial, para Haesbaert (2004), deve ser analisada de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômica, política, social, histórica e religiosa.

A Igreja Católica, portanto, possui um controle do espaço pelas relações de poder simbólico – a Fé. A Igreja se utilizou desse controle para desenvolver a ocupação do município de Missal, objetivando a colonização baseada na pequena propriedade voltada para o que mais tarde se tornaria agroindústria (GREGORY, 2002).

Assim se constituiu o território de Missal, pois “[...] não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (HAESBERT, 2004, p. 339).

O município de Missal é dotado de conjugações simbólicas e culturais cujos atores principais foram a Igreja Católica e o Estado (seja o Estado nacional, seja o Estado do Paraná). Esses atores, unidos quando conquistaram o espaço, passaram a planejá-lo com o objetivo de territorializar ali o sistema cooperativista e, por meio de projetos de ocupação, manipularam a apropriação desse território através do trabalho dos camponeses, que, em contrapartida, passaram a transformá-lo.

⁵ Definimos *camponês* como sendo um trabalhador do campo dentro do capitalismo e que incorpora técnicas, produzindo mercadorias, sem contudo tornar-se capitalista face ao controle dos meios de produção e também sem se tornar proletariado, ainda que o trabalho familiar seja fundamento de sua produção (PAULINO, 2003).

Então, território é a reordenação do espaço, nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades (RAFFESTIN, 1993). A desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, que são movimentos formadores das partes do processo sucessivo de territorialização.

A Igreja Católica, através do Estado, se territorializou, ou seja, apropriou-se da fração do espaço transformado pelo trabalho direcionado para o cooperativismo. Surgem então as cooperativas, para preparar o campo a favor da indústria e, ao mesmo tempo, para receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Esse processo se consolidou pelo resultado, de um lado, da ação do Estado, a partir das políticas agrícolas e agrárias adotadas, e, de outro, pela atuação das cooperativas e das empresas multinacionais fornecedoras de insumos agrícolas.

A migração no Oeste do Paraná é um elemento importante para a (re)produção histórica do território. Migrantes, principalmente gaúchos e catarinenses, se deslocaram para dominar, para apropriar e para transformar o território. Através do trabalho desses sujeitos, com o passar do tempo, ocorreram transformações intensas nas propriedades rurais em decorrência do uso de tecnologias, resultando na constituição de infraestruturas rurais e urbanas que contribuíram para o escoamento da produção de alimentos.

A partir da migração, o território passou a ser usado e dominado/apropriado de forma intensa, resultando na modificação desses espaços e na construção de simbolismos que moldaram a identidade territorial desses migrantes. Hábitos, modos de ver e fazer o “mundo” foram sendo (re)territorializados.

A agricultura foi subordinada à indústria, que, por sua vez, determinou e determina o que, como, onde e de que forma produzir, exigindo a compra de maquinários e de insumos para a padronização dessa produção e o beneficiamento. Nesse processo em que a indústria foi subordinando a agricultura foi, por sua vez, *pari passu* acompanhado pelo surgimento e desenvolvimento das cooperativas/agroindústrias.

Ocorre, porém, que a sede da cooperativa estudada não permaneceu em Missal, e acabou por se reterritorializar em Medianeira, município vizinho, movimentação essa motivada pela necessidade de expansão, apresentada e debatida a seguir.

A reterritorialização em Medianeira - PR

A expansão econômica brasileira acaba interferindo na dinâmica territorial do país, inclusive na dinâmica da cooperativa estudada do Oeste paranaense. A sede inicial da cooperativa agroindustrial Lar foi, como já informado, na cidade de Missal. A empresa,

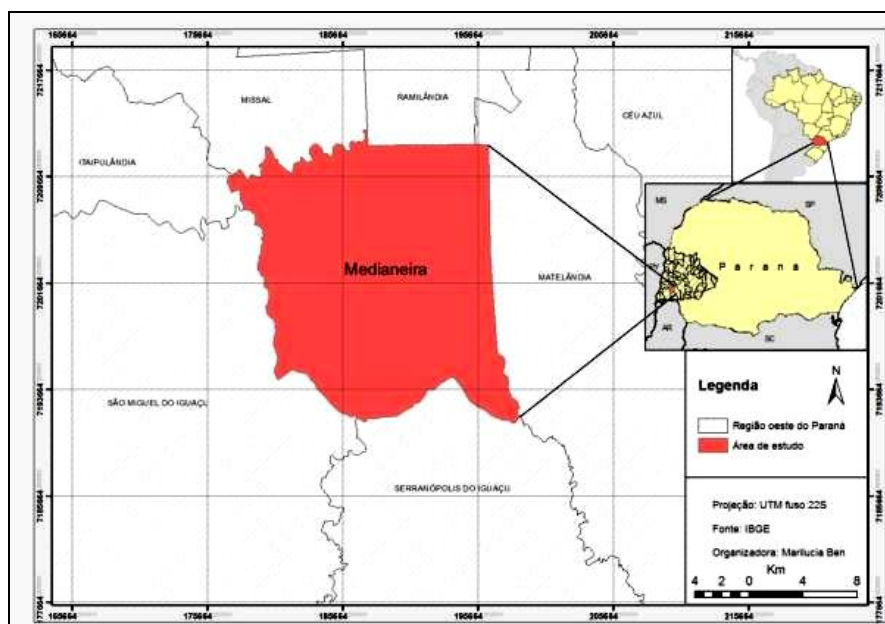
porém, motivada pelos programas de expansão, em 1972 reterritorializa a sua sede, passando-a para a vizinha cidade de Medianeira, mudança que lhe proporcionava estratégias alternativas, como a proximidade com a rodovia BR 277, para atender melhor às suas necessidades de comercialização.

Medianeira situa-se a 25°17'40" latitude sul e a 54°05'30" longitude oeste, localizada no Oeste paranaense. Sua superfície é de 314,632 km² e sua população é de 41 830 hab. (Censo IBGE/2010). Ao norte, limita-se com os municípios de Missal e de Ramilândia, ao oeste faz fronteira com os municípios de Itaipulândia e de São Miguel do Iguçu, ao sul com o município de Serranópolis do Iguçu e ao leste com o município de Matelândia, como mostra a Figura 2.

Os resultados do processo de modernização agrícola implementado no Oeste paranaense, particularmente no município de Medianeira, foram fortemente acompanhados do sistema cooperativista ou por ele intermediados. Camponeses que viviam na área estudada foram gradativamente sendo introduzidos no mercado, pois foi através da Cooperativa Agroindustrial Lar que agricultores especializaram a produção direcionada pela territorialização capitalista no campo e atenderam ao perfil estabelecido pelo governo de Estado.

Em sua maioria, também os camponeses de Medianeira eram imigrantes do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina – de religião católica –, que já estavam ligados à produção de grãos e esse foi um dos fatores responsáveis pelos programas de desenvolvimento propostos.

Figura 2. Localização do município de Medianeira



Segundo Serra (2009), o cooperativismo com origens na Europa, trazido ao Sul do país pelos imigrantes europeus, é visto enquanto sistema universal, baseado na filosofia da "união faz a força", filosofia que incorpora a importância da união de pessoas e de funções como a sua inserção nas relações capitalistas de produção e de trabalho. Ocorre, porém, que é essa base filosófica que vem sofrendo, nas últimas décadas, transformações, a ponto de que fica difícil, em determinadas situações, separar cooperativas de empresas privadas comuns, pois os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo estão, muitas vezes, indissociáveis.

De acordo com Serra (2009), o cooperativismo está se distanciando de suas bases ideológicas e se identificando com os valores econômicos e políticos dominantes, contrários à sua filosofia. Nesse sentido, o autor afirma que as cooperativas brasileiras, no geral, se estruturaram-se de cima para baixo, através de iniciativas governamentais e poucas vezes de iniciativa das classes produtoras, e passaram a concorrer com empresas privadas capitalistas, esquecendo-se de prestar serviços a seus associados. É assim que foi implementado o modelo agrícola voltado para o mercado externo, abrindo espaço ao chamado "Cooperativismo Empresarial". Esse cooperativismo empresarial, em contrapartida, está interessado em vencer a competitividade no grande mercado e introduzindo-a inclusive dentro do sistema cooperativista. Foi então inserida a modernização agrícola no Paraná, com a introdução do "novo sistema cooperativista", que visa à exploração das pequenas propriedades, direcionando sua produção para o mercado externo. Nesse sentido, é um cooperativismo que se afasta de seus princípios e se organiza a favor do capital, no mercado competitivo.

A territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar não foi diferente, pois, com a ajuda do governo de Estado, o sistema capitalista vai sendo introduzido nas propriedades de seus associados camponeses. Em resposta a isso acaba perdendo valores cooperativistas para se tornar agroindústria e suas principais atividades desenvolvidas são direcionadas ao mercado externo, visando à exploração de pequenas propriedades camponesas com a criação de animais em confinamento e o seu processamento empresa agroindustrial (cooperativista).

O desenvolvimento desse processo no Oeste e no Sudoeste do Paraná, a partir da década de 1960, deu origem às cooperativas agropecuárias com imigrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (SETTI, 2006), que exploravam a criação de suínos e o plantio de culturas como cereais de subsistência. Começa, então, a ser estruturado o cooperativismo na região, iniciando com a busca de solução para as dificuldades que os

produtores tinham para o armazenamento das colheitas, para o escoamento da safra e para a mecanização da lavoura.

Nesse processo, a Cooperativa Agroindustrial Lar passou pelas fases da “evolução” do cooperativismo agrário brasileiro com a introdução gradativa do novo modelo agrícola baseado no agronegócio. Como já mencionado, foi fundada em 1964, por imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no município de Missal, cujo nome era Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), e sua função, nesse período, era receber e repassar matérias-primas entregues pelos associados.

O cultivo da soja também contribuiu para o surgimento de cooperativas, principalmente nas áreas de ocupação no Oeste do Estado, pois o produto de exportação, acrescido da falta de infraestrutura de armazenamento da produção e até das dificuldades de escoamento da safra, necessitava ser comercializado. Passou-se, então, através do governo de Estado, a introduzir mecanismos que atenderam a essas necessidades, como a introdução dos armazéns verticais para armazenarem da soja nas cooperativas no norte do Paraná ainda na época do café. (SERRA, 1986).

A década 1970 é marcada pelo desenvolvimento de projetos de integração voltados ao sistema cooperativista, proporcionados pelo Estado.

A atuação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC)⁶, cujo objetivo era formar redes de integração no território com a criação de centros cooperativistas, inicia-se a “seleção” das cooperativas com suas respectivas áreas de abrangência, iniciando o processo de fusão entre essas mesmas cooperativas.

Com a influência do PIC, a Comasil deixa de existir em 1973, surgindo, em seu lugar, a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), que, de acordo com o nome, vai se expandindo para além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, torna-se uma unidade de transformação e de industrialização, repassando ao mercado consumidor, (in)diretamente, não mais matérias-primas, mas produtos elaborados. A instalação de armazéns em Medianeira (nova sede da cooperativa), e a construção de silos para armazenar grãos serviram de resposta à introdução e à consolidação da cultura da soja e do milho na região Oeste paranaense.

Em 1977, no Sudeste do Paraná, a cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (SUDCOOP) implantou a diversificação em Medianeira, em parcerias com outras

⁶ Na região Oeste e Sudoeste do Paraná surge o primeiro projeto integrado do sistema cooperativista paranaense, sistema denominado PIC, apoiado por instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) e o Departamento de Assuntos do Cooperativismo (DAC) (LIMA, 1988).

cooperativas da região, objetivando desenvolver atividades de criação de suínos e de gado leiteiro.

Nesse sentido, agregando valor aos seus produtos e com a política de benefícios fiscais subsidiada pelo governo de Estado, as cooperativas, principalmente durante os anos 1970 e 1980, conseguiram se estruturar como empresas capitalistas, atuando em nível de igualdade com grandes empresas nacionais e internacionais, no mesmo segmento econômico.

Nessa lógica, as cooperativas do Oeste paranaense se transformaram em “poderosos” instrumentos do Estado no processo de implantação do “novo modelo agrícola”, servindo de fomento para a introdução da modernização da agricultura nas propriedades dos seus associados, mudando sua vida cotidiana, sua prática agrícola, seu espaço geográfico e territorializando *novos* agentes sociais no espaço rural. Isso resultou em transformações espaciais, imbricadas entre camponeses, empresas e governo de Estado.

Não é pretendido aqui negar a importância da modernização da base técnica de produção, pois houve com isso aumento de produtividade, porém, como afirma Paulino (2006), houve custos socioambientais equivalentes. Vale lembrar que a modernização da agricultura trouxe inúmeras mudanças, pois no “[...] cotidiano, circularam outros costumes, culturas, tradições, que foram adequadas para facilitar a acumulação de determinados grupos econômicos”. (SCHLOSSER, 2005, p. 271).

Outro projeto de integração das regiões Oeste e Sudoeste foi a criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), criada para o fortalecimento do cooperativismo no Estado através de estudos para o seu desenvolvimento. Segundo Fajardo (2006), a economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização, pois os projetos de integração permitiram a participação mais efetiva das cooperativas na economia do Estado.

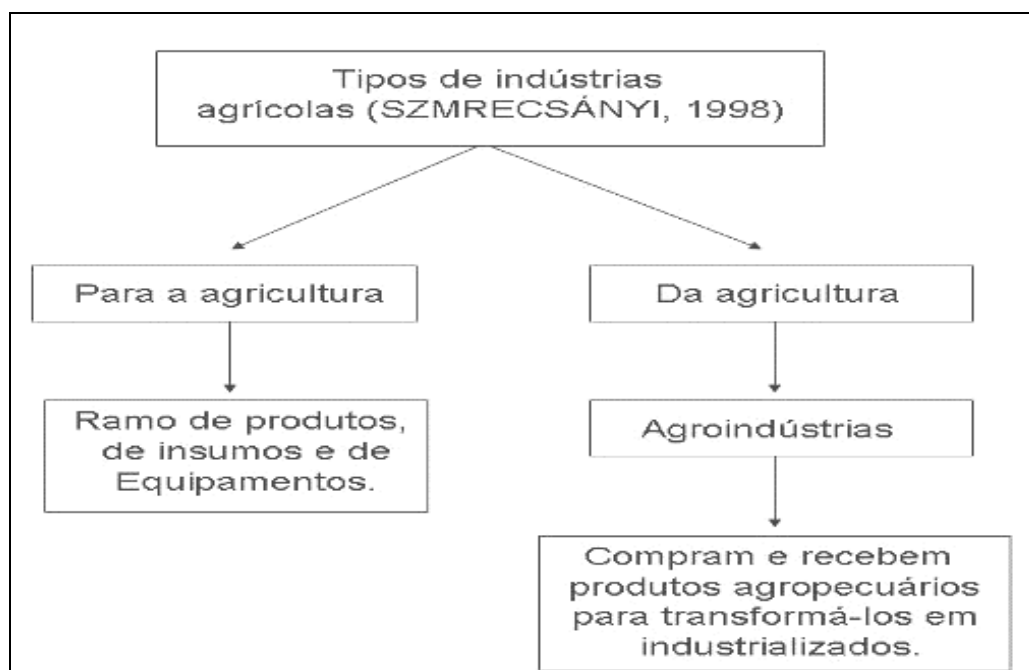
Os projetos de integração definidos e implantados pelo Estado na década de 1970 promoveram a reestruturação econômica e filosófica nas cooperativas agropecuárias paranaenses, direcionando os investimentos para a agroindustrialização. A cooperativa aqui estudada agroindustrializou-se efetivamente com a criação de aves e, nesse caso, é essa atividade que completa o ciclo da agroindústria a montante e a jusante do processo.

A agroindustrialização passou a implementar lavouras especializadas, provocando o desaparecimento das propriedades de subsistência, substituindo a estrutura que existia nas propriedades, incluindo casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros. Foi se reestruturando um novo modo de produzir e de se organizar socialmente. Atualmente, o terreiro dá lugar

ao aviário ou ao chiqueirão de suínos. Agora chiqueiros e aviários necessitam estar bem próximos da casa, isso se fazendo necessário para que a família possa cuidar de perto e ininterruptamente dos animais, e os antigos galinheiros são extintos devido à “contaminação” que podem causar aos animais criados em confinamento. Também as tulhas foram extintas para dar lugar aos caminhões de ração, que abastecem as propriedades. Enfim, a organização das propriedades rurais se tornou cada vez mais consumidora dos produtos industrializados.

É importante salientar que se configuram, na agricultura brasileira, dois tipos de indústrias, como mostra a Figura 3, sendo uma a fornecedora de insumos e de equipamentos e outra a processadora dos produtos agropecuários. Em resumo, há uma indústria para a agricultura (insumos) e uma indústria da agricultura (produtos alimentícios).

Figura 3. Tipos de indústrias agrícolas



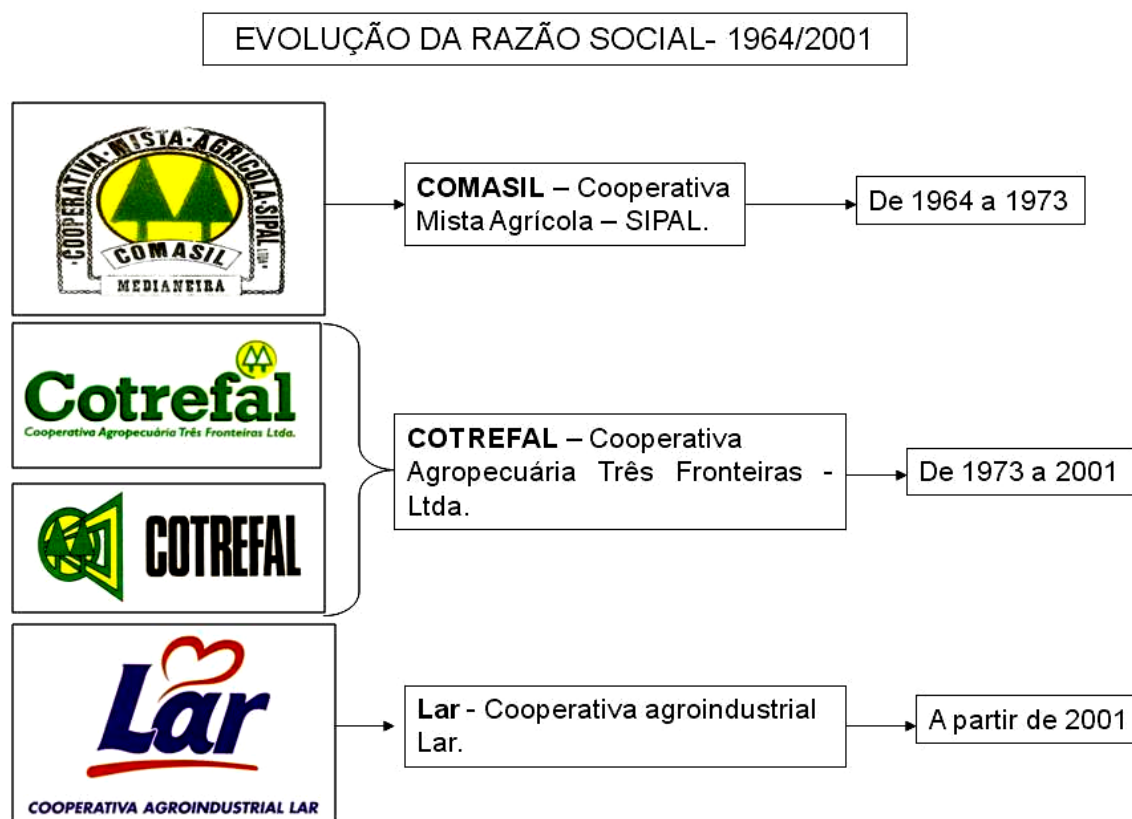
Fonte: Elaborada por Marilúcia Ben.

Esse sistema resultou no direcionamento do consumo das propriedades rurais ao mercado e especialização da produção de acordo com as necessidades da indústria, que, por sua vez, introduz os conhecidos “pacotes tecnológicos”. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e de insumos e a indústria a jusante está a agroindústria processadora de matérias-primas agrícolas (soja, aves, suínos...). A Cooperativa Agroindustrial Lar se encaixa nesse perfil, pois é fornecedora de insumos a montante da produção e também beneficia a produção fornecida por seus associados, agregando valor ao produto e direcionado a produção ao mercado externo.

Foi assim que, em 1982, a então chamada Cotrefal abriu caminho para a agroindustrialização, fazendo-o com a introdução da produção de óleo de soja e as características industriais iniciam o processo de consolidação. Por se tornar uma agroindústria, a cooperativa muda consecutivamente sua razão social, que iniciou como Comasil, posteriormente Cotrefal e, atualmente, Lar. Essa mudança de *status* foi se fazendo necessária de acordo com as mudanças estruturais que a organização foi sofrendo ao longo do processo.

A Cooperativa Agroindustrial Lar foi mudando sua razão social e modificando a estrutura de produção, introduzindo o consumo de produtos e de maquinários da modernização, que foi se consolidando, como mostra a Figura 4.

Figura 4. Mudanças da Razão Social da Cooperativa Agroindustrial Lar



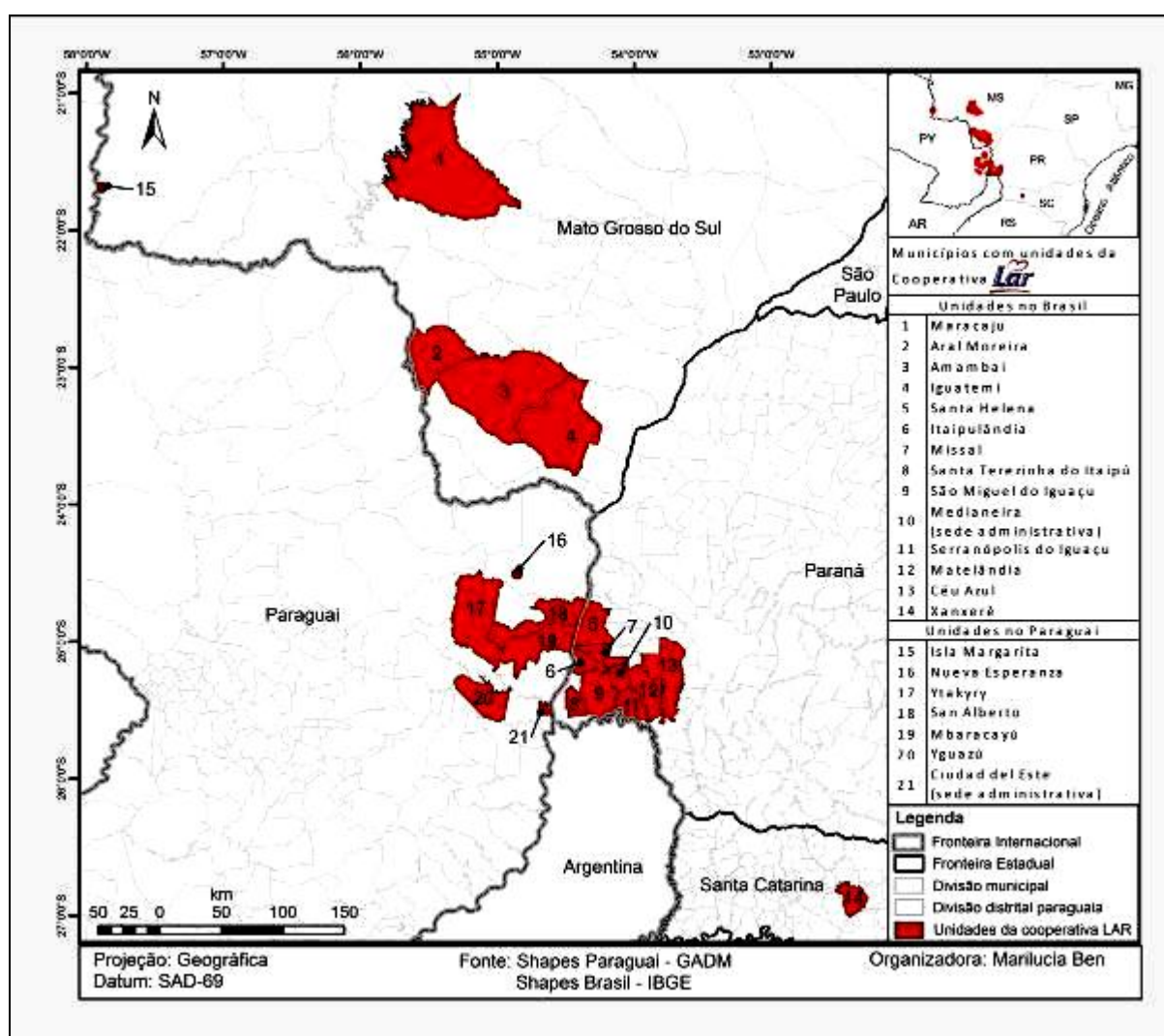
Fonte: Elaborada por Marilúcia Ben.

Atualmente, a Cooperativa Agroindustrial Lar conta com redes de supermercados, unidades industriais de vegetais, de leitões, de aves, de pintainhos, de ração, de mandioca, de soja e posto de combustível. Isso a torna “poderosa” financeiramente no mercado do Oeste paranaense, pois, além de receber as matérias-primas dos associados, faz seu

beneficiamento, agregando valor ao produto nos diversos seguimentos já citados. Além de atuar no Oeste paranaense, a cooperativa agroindustrial possui unidades no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e no Paraguai. O fluxo de pessoas e de mercadorias tem aumentado juntamente com o crescimento industrial da cooperativa. A Figura 6 evidencia a localização das áreas de atuação da cooperativa na atualidade.

Intensificada na década de 1990, a agroindustrialização da cooperativa Lar proporcionou o aumento de suas atividades em outras regiões nacionais e também no Paraguai, como foi evidenciado na Figura 5.

Figura 5. Localização das áreas de atuação da Cooperativa Agroindustrial Lar.



Nesse contexto, a Cooperativa Agroindustrial Lar abrange novos territórios gradativamente com a concentração de capital, em resposta à agroindustrialização, que, por sua vez, imprimiu novas articulações de poder, comandadas por forças locais, nacionais e internacionais.

As inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas do Brasil, pois passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos produtivos. A industrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação do campo.

A territorialização do capitalismo no campo implica uma série de transformações sociais, culturais, econômicas e produtivas. O cooperativismo é resultado desse processo, que se transforma em “cooperativismo empresarial”, agora a serviço do capital e não mais com a base filosófica da "união faz a força", nem mais visando ajuda mútua.

O “cooperativismo empresarial” serve de ponte entre a indústria e a agricultura, tornando esta última consumidora de insumos e de equipamentos, e a indústria processadora, que introduz novos modos de produção no campo e, nesse caso, a agricultura se torna fornecedora de matéria-prima para ser processada, para novamente ser consumida pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados. As indústrias se consolidaram a jusante e a montante da agricultura, subordinando e explorando grande parte das propriedades rurais, assim mudando social, cultural e economicamente a estrutura rural.

Com a Cooperativa Agroindústria Lar não foi diferente, pois seguiu as fases de (re)estruturação, modificando-se de acordo com o desenvolvimento dos planos do governo de Estado, respectivamente, como Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), como Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal) e como Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar), para se transformar em agroindústria que, em contrapartida, legitima a territorialização do capital no campo.

A territorialização das cooperativas – em especial da Cooperativa Agroindustrial Lar – seguida da atuação de suas agroindústrias, passou a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo. As cooperativas se caracterizam como firmas que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global (BELUSSO, 2010), pois são elas que “preparam” o campo para produzir para a indústria (criação de suínos e de aves e ovos) e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas).

As cooperativas servem de pontes que ligam os camponeses ao consumo de máquinas, de insumos e de equipamentos, que atendem ao fortalecimento da agroindústria. Os chamados CAIs (Complexos Agroindustriais) estão voltados para mudanças na forma de produzir, aliados às políticas de crédito agrícola proporcionadas pelo governo de Estado, territorializando cada vez mais o capitalismo no campo.

Em suma, o capital industrial passou a comandar a economia do país em diversos setores, inclusive no campo, moldando-o segundo seus interesses. Os avanços nos meios técnicos produtivos não foram, porém, homogêneos, pois excluíram significativa parcela de camponeses, e favoreceram grandes proprietários de terra, que desenvolvem segmentos da produção voltados para interesses agroindustriais.

Considerações finais

No campo, os espaços territoriais manifestam as diversas combinações do uso econômico do solo, aliadas às diferentes formas de reprodução social vinculadas à agricultura. Transitar por essas porções geográficas é deparar-se com grandes diversidades, cuja riqueza de detalhes sugere imbricações que constroem territorialidades.

Os debates sobre o cooperativismo têm ganhado grande destaque nos últimos tempos devido à implantação do “novo” modelo agrícola brasileiro. Esse novo modelo tem distanciado as cooperativas de seus princípios intrínsecos, transformando-as em empresas agroindustriais. As mudanças acontecem também nas propriedades rurais, que acabam introduzindo atividades voltadas ao agronegócio.

Este trabalho foi empreendido no sentido de analisar os “nós” do processo de territorialização e de reterritorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense, bem como sua mediação na implantação da modernização da agricultura nas propriedades camponesas a partir de 1960 nos municípios de Missal e Medianeira – Paraná.

Para tanto, é entendida a imbricação das ações do sistema cooperativista, das ações do poder religioso dominante na região e das ações do governo de Estado no território. Esses elementos formam os nós, as malhas e as redes construídos ou reconstruídos a partir das relações de poder que vão determinar as dinâmicas do espaço oestino-paranaense. Os reflexos dessas ações são manifestados na propriedade camponesa, construindo novas territorialidades e evidenciando o consumo de tecnologias e de pacotes tecnológicos. A Cooperativa Agroindustrial Lar materializou o capitalismo no campo, realizando esse intento em resposta ao Complexo Agroindustrial. Isso nos revela as relações de poder que estão presentes no campo tendo em vista a cooperativa e os associados.

As discussões acerca do território nos remetem às relações de poder que, segundo Raffestin (1993), estão presentes nas ações do governo de Estado, nas ações dos governos municipais, nas empresas, nas organizações e nas relações sociais que determinam a vida

cotidiana, visando controle e dominação. Sucedeu, pois, que a soma dessas relações resultou em grandes mudanças no espaço rural do Oeste paranaense.

A criação de animais em confinamento (de aves e de suínos), principalmente na região estudada, se deu em resposta ao Complexo Agroindustrial desenvolvido a partir de 1960 e que ganhou força no final da década de 1970 e início da de 1980. Sendo assim, as cooperativas se converteram em canais internos e internacionais de comercialização, como agentes de industrialização da produção agrícola. O “cooperativismo empresarial”, assim inserido no sistema capitalista, direcionou e direciona seus cooperados camponeses a produzirem de acordo com as necessidades do mercado, transformando o espaço rural e alterando o modo de vida dos camponeses.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas, que passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos. A agroindustrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação da produção e do trabalho no campo.

A reflexão sobre os resultados obtidos nos permite afirmar que a cooperativa foi a grande mediadora da introdução do agronegócio no campo e, em consequência disso, através dela foi promovida a territorialização do capitalismo.

Essa e outras cooperativas optaram, em certo momento de suas histórias, pela agroindustrialização e conseguiram a conseqüente expansão da sua atuação no mercado. Em decorrência disso, seu leque de fornecedores e de clientes foi ampliado para focar também os consumidores de seus produtos finais, sempre contando com a participação de seus associados, que ficam subordinados a jusante e a montante da indústria fornecedora de insumos e da agroindústria processadora.

Referências

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais no Oeste Paranaense: (A Congregação Cristã do Brasil em Cascavel – 1970/1995)**. Florianópolis: UFSC, 1996.

FAJARDO, Sérgio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Caminhos da Geografia**, v. 7, n. 17, p. 31-47, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=44>>.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002. 266 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: _____. **Desenvolvimentos territoriais e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MACHADO, Lia O. Limites, fronteira e redes. In: STROHAECKER et al. (Orgs). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, RS: AGB. 1998. p. 41-49.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARIN, Roberto. **Lar na história**: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel, PR: Gráfica Tuicial, 2005. 200 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil**: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. 2001. 594 p. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

_____. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 8, n. 2, 2003.

_____. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá- MT, v. 4, n. 21, 2009.

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>.

_____. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Rio Claro, 1986.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense**: Ocepar 35 anos: mais de um século de história. Curitiba, PR: Ocepar, 2006. 268 p.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná) – Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp - Presidente Prudente, 2005. 259 p.